

A terceirização do trabalho no setor público: entrevistas com um grupo de trabalhadores em Minas Gerais

Diana Chaukat Chaib¹

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de terceirização a partir da realidade dos terceirizados, visando a decifrar e compreender o impacto das novas formas de trabalho em suas vidas. Analisa-se a precarização do trabalho decorrente do sistema capitalista, buscando assim promover uma reflexão acerca das formas de exploração existentes. Para tanto, a metodologia adotada consiste na realização de entrevistas semiestruturadas com oito trabalhadores terceirizados de uma instituição pública do estado de Minas Gerais. Como resultado, identificam-se algumas das consequências geradas por essa nova forma de trabalho tais como precarização da mão de obra e insegurança financeira.

Palavras-chave: Terceirização do trabalho. Precarização. Trabalhadores.

Abstract: This research aims to analyze the process of outsourcing from the reality of the outsourced, aiming to decipher and understand the impact of new forms of work in their lives. It analyzes the precariousness of the work resulting from the capitalist system, seeking to promote a reflection on the existing forms of exploitation. Therefore, the methodology adopted consists of semi-structured interviews with eight outsourced workers from a public institution in the state of Minas Gerais. As a result, the consequences of this new form of work such as precarious labor and financial insecurity are suggested.

Keywords: Outsourcing of work. Precariousness. Workers.

¹ Mestranda em Economia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), MG.

Introdução

Conceitualmente, compreende-se a terceirização do trabalho como um processo pelo qual uma instituição contrata outra empresa para prestar um determinado serviço. Os serviços que, até então, a lei permitia a terceirização, e aos quais se tem acesso nos dias de hoje, são os de limpeza e segurança. As causas do aumento desse processo estão ligadas, segundo o discurso das empresas contratantes, à diminuição dos custos com funcionários. Para Giosa (1993), a terceirização pode ser entendida como um processo que utiliza estratégias de gestão pelas quais são repassadas algumas atividades próprias de unidades produtivas para terceiros – com os quais se estabelece uma relação de parceria – permitindo à empresa concentrar-se nas tarefas essencialmente ligadas ao negócio principal.

No setor público, a terceirização é inserida como uma das espécies de privatização (em sentido amplo) de certas atividades do Estado, que são repassadas para serem realizadas por um parceiro privado, através da celebração de contrato. Esta relação entre público e privado se transformou em importante ferramenta para a realização das atividades desenvolvidas pela Administração Pública (DI PIETRO, 2012).

Para Druck (2006), a terceirização é um dos componentes da via japonesa, referente à forma como se estruturam as relações entre as empresas no Japão. Trata-se de uma dinâmica de dependência mútua entre as empresas principais e as secundárias, fundamental para o sucesso do Toyotismo. As empresas menores, no caso as subcontratadas, fornecem todo tipo de produtos às empresas contratantes, tais como: insumos, intermediários, embalagens, força de trabalho. Para atender às demandas das grandes empresas, as subcontratadas são obrigadas a fazer entregas em pouco tempo, aumentando a carga de trabalho dos seus funcionários. Também são forçadas constantemente a reduzir custos. Como resultado disso, é bastante nítida nessas empresas a intensificação do trabalho e a dificuldade de reação dos trabalhadores. Além disso, a terceirização também promove a segregação entre os trabalhadores, cria disputas, divisões e dificulta a construção conjunta de ações (DRUCK, 2006).

Utilizada maciçamente como ferramenta de gestão e estratégia de redução de custos, o fato é que a terceirização vulnerabiliza o trabalhador, devido à fragilidade do vínculo entre este e a instituição. A vulnerabilidade ocorre tanto no campo social, relativo à redução dos direitos à proteção social, quanto no campo físico e mental, quando o trabalhador fica exposto às diversas formas de violência no trabalho (MARTINS, 2012).

Isso posto, um dos aspectos que importam para uma análise sobre o processo de terceirização é entender a realidade de trabalhadores terceirizados, com vistas a decifrar o impacto das novas formas de trabalho nas suas vidas. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as condições de precarização do trabalho oriundas do processo capitalista, no que tange a questão da terceirização dos trabalhadores em instituições públicas. Busca promover ainda, uma reflexão acerca das formas de exploração e do efeito sobre a identidade social/profissional dos indivíduos em questão.

Para alcançar o objetivo proposto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com trabalhadores terceirizados de uma instituição do setor público. De acordo com os dados coletados, foi possível uma reflexão sobre as consequências do processo de terceirização do trabalho, tanto no âmbito pessoal, quanto no profissional, abrangendo o campo de atuação em questão.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: após essa introdução, segue a 2ª seção, que é composta por uma breve abordagem teórica, no qual se discutirá o trabalho como fomento às relações sociais. Na mesma seção, temos uma discussão acerca da terceirização do trabalho no que tange os aspectos de precarização e seus demais reflexos. Logo em seguida, na 3ª seção, será apresentada a metodologia adotada na pesquisa. Os resultados, as discussões e as considerações finais compõem, respectivamente, as 4ª e 5ª seções do trabalho.

Abordagens teóricas

O trabalho e seus reflexos sociais

Em todas as sociedades conhecidas, viu-se o trabalho instalar-se como algo inerente às relações humanas, o homem busca transformar a natureza e os meios

que lhe estão disponíveis em algo útil para sua vida coletiva. Todavia, com a ascensão do capitalismo, as formas de apropriação do trabalho ganham contornos diferentes.

De acordo com Marx (2012), o trabalho é um fenômeno ontológico, ou seja, existe independentemente das diferentes formações sociais. Como fenômeno ontológico, o homem estabelece relação com a natureza de forma a retirar para si aquilo que lhe dá sustento, os bens necessários para a sua sobrevivência. Essa relação se estabelece em seu duplo metabolismo. O homem transforma a natureza na mesma medida em que se transforma. Produz o mundo que lhe é externo, e, ao mesmo tempo, produz a si mesmo. Desta forma, em sua relação com a natureza, o homem medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.

Todavia, quando observamos o trabalho no âmbito do capitalismo, ou seja, numa formação social em particular, algumas variáveis devem ser observadas. Uma delas, é que o trabalho passa a subjugar-se a formas de organização e controle que independem da vontade dos sujeitos trabalhadores, sendo estabelecidas pelo próprio processo geral de acumulação. Outro fato é que, ao atentarmos nosso olhar aos aspectos da história do trabalho como um todo, veremos que, à exceção do comunismo primitivo, as sociedades têm se estruturado naquilo que Marx chamou de divisão de classes, ou seja, da contradição de explorados versus exploradores. No capitalismo, essa questão deriva da existência da propriedade privada. Na classe dos exploradores estão aqueles que detêm os meios de produção, enquanto os explorados englobam os que vendem a força de trabalho. Vale ressaltar que ambos vivem em conflito constante, o que diz respeito a então conhecida luta de classes.

As classes no capitalismo se diferenciam por terem interesses diferentes. Uma detém os meios de produção, vive da acumulação e explora a massa dos trabalhadores, enquanto os trabalhadores só detêm a sua força de trabalho para vender, tendo como interesse a luta pela sobrevivência. As formas de exploração, todavia, ganham contornos diferentes de acordo com cada época. A terceirização pode ser considerada uma forma de exploração do trabalho que nasce em período recente.

Segundo Alves (2011), a crise do capital, que atingiu os países capitalistas em meados dos anos de 1970, impulsionou, principalmente nas décadas

decorrentes, uma série de transformações sócio-históricas que envolveram as mais diversas esferas do ser social capitalista. Tem-se, em 1973, a primeira grande recessão do pós-guerra que inaugurou um período de “crise estrutural do sistema do capital”.

Neste ponto faz-se necessário uma breve análise do capitalismo e seus reflexos. Baseados no estudo de Braverman (1987), temos que o capital monopolista difundiu-se no período que corresponde às últimas duas ou três décadas do século XIX. Foi então, que vimos ocorrer o processo de concentração e centralização do capital, através, principalmente, dos primeiros trustes e cartéis. Com isso, a estrutura moderna da indústria e as finanças capitalistas começaram a tomar forma e definir seus traços. O capitalismo monopolista abrange tanto a divisão internacional do trabalho quanto as mudanças na estrutura do poder estatal (BRAVERMAN, 1987).

De acordo com Braverman (1987), torna-se relevante o fato de que o desenvolvimento no processo produtivo, tido como decisivo, data no mesmo período que o capital monopolista. Simultaneamente ocorre a revolução técnico-científica, baseando-se em uma na utilização sistemática da ciência, visando a mais rápida transformação da força de trabalho em capital. Ainda segundo Braverman (1987), acompanhou-se o movimento de valor e o movimento de trabalho caminharem juntos e serem descritos pelo pensador Marx, em sua exposição da lei geral da acumulação capitalista.

Com a acumulação e o desenvolvimento da produtividade do trabalho que a acompanha, o poder de súbita expansão do capital também cresce. A massa de riqueza social que se torna transbordante com o progresso da acumulação e pode ser transformada em capital adicional, lança-se freneticamente aos ramos de produção antigos cujo mercado se amplia subitamente ou aos novos. Nesses casos, grandes massas de homens têm de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos, sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos. Esse aumento é criado pelo simples processo de ‘liberar’ continuamente parte dos trabalhadores, com métodos que diminuem o número dos empregados em relação à produção aumentada (MARX, 2008, p.715).

De acordo com estes pressupostos, tem-se que a busca por trabalho e a base de subsistência dos trabalhadores tendem a um evidente aumento na mesma proporção e velocidade que o capital (MARX, 2006). O pensador Marx afirma ainda que a força de trabalho acaba por interligar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não podendo então se desvincular dele (MARX, 2006).

Ao refletir sobre a questão do valor do trabalho, cabe ainda a inserção de um ponto. Braverman (1987) define o trabalho, de uma maneira geral, como um

processo cujas formas determinadas são modeladas pelo resultado final, o produto. Os materiais e instrumentos utilizados pelo sapateiro, alfaiate, açougueiro, carpinteiro, mecânico ou fazendeiro podem variar com o estágio da tecnologia, mas devem adaptar-se à produção de calçados, vestuário, carne, objetos de madeira, de metal e cereais. O produto típico, embora não exclusivo, do trabalho mental consiste de sinais no papel. O trabalho mental é feito no cérebro, mas uma vez que assume a forma no produto externo – símbolos linguísticos, números e outras formas de representação – implica operações manuais tais como escrever, desenhar, operar máquinas de escrever e etc. – para fins de criar o produto (BRAVERMAN, 1987, p.49).

Dessa forma, reiterando a ideia mencionada acima, vemos que embora exista a distinção do trabalho material e imaterial e que ambos tenham seu respectivo valor, os mesmos ligam-se em processos distintos, sejam estes mentais ou manuais, em prol da construção de um mesmo fim: o produto. Entende-se por produto o resultado do trabalho, ainda que concreto ou abstrato. Braverman (1987) menciona o capítulo do livro de Charles Babbage, fazendo alusão à ideia então tratada no capítulo “Sobre a Divisão do Trabalho Mental”, ao passo que considera que “o que pode, talvez, parecer paradoxal a alguns de nossos leitores – que a divisão do trabalho pode ser aplicada com igual êxito tanto às operações mentais como mecânicas, e que ela garante em ambas a mesma economia de tempo” (BRAVERMAN *apud* BABBAGE, 1987).

Além disso, ao tratar então das duas facetas que envolvem o produto como este se configura, torna-se relevante resgatar a ideia que se encontra subentendida nos estudos até então abordados. O produto resultante do trabalho se distingue em duas esferas: aquelas que compõem a parte concreta com um fim em si mesmo, e as que compõem o universo abstrato, que se relaciona com o trabalho em sua percepção imaterial. O válido a ser ressaltado aqui é que, ambas as definições que cabem ao produto, ainda que distintas, atribuem-lhe o mesmo valor. Exemplificativamente, sugere-se que os pães produzidos por um padeiro desprendem o mesmo valor que o conhecimento que um professor transmite aos seus alunos, como resultado de seu trabalho.

Sob a vertente estudada por Druck (2006), pode-se enxergar a profunda crise no mundo do trabalho como fruto decorrente dos três grandes processos que

marcaram a década de 90: a globalização², a reestruturação produtiva³ e o neoliberalismo⁴. A autora considera ainda a terceirização como a principal política de gestão e organização do trabalho dentro de sua estrutura, sendo esta a forma mais visível da flexibilização do trabalho, ao passo que concretiza a ideia de “contratos flexíveis” (tempo determinado, prestação de serviços, sob responsabilidade de terceiros).

De forma alusiva à ideia citada acima, temos o estudo escrito por Alves (2011), que nos mostra que, sob o impulso da mundialização do capital, constituiu-se então um novo complexo de reestruturação produtiva, que busca instaurar e impor um novo padrão de acumulação capitalista em escala planetária e que se impôs cada vez mais às corporações transnacionais, imprimindo-lhes sua marca.

Através de Carelli (2013), tem-se que o direito do trabalho traz, desde o seu nascimento, os traços característicos de sua ambiguidade ou ambivalência inata, qual seja, a de que se é verdade que é fruto de conquista dos trabalhadores, ao mesmo tempo representa concessão controlada dos empregadores. Enxerga-se então que os empregadores, ainda que tenham um momento de aversão, estão acostumados com a superexploração do sujeito trabalhador justificada pela ideologia da corrente liberal, já que, para o funcionamento do sistema, faz-se necessária a exploração – e a sua ficção do “trabalho livre” -, perceberam a necessidade de que fossem “cedidos os anéis para não perderem os dedos”, ou seja, vem o direito do trabalho, para ser um instrumento de legitimação da exploração da força de trabalho sob o sistema capitalista de produção.

Ainda segundo Carelli (2013), vale a pena ressaltar que a grande diferença entre o trabalho “livre” e o trabalho subordinado não está no fato de que o

² Processo de compressão espaço-temporal, uma referência ao modo como a comunicação eletrônica instantânea desgastou as limitações da distância e do tempo e, ainda, interdependência acelerada, vista como intensificação do entrelaçamento entre as economias e sociedades nacionais (MCGREW, 2000).

³ Almeida e Alencar apud Antunes (2000) definem como mudanças na organização produtiva. Implica, no reordenamento da produção e acumulação com repercussões no mundo do trabalho, alterando processos e relações de trabalho, mediante inovações no sistema produtivo e nas modalidades de gestão, consumo e controle da força de trabalho.

⁴ O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Trata-se de um ataque contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995).

trabalhador cede parte de sua liberdade em troca de um preço tarifado de seu trabalho. O que os diferencia é que aqui há o reconhecimento de que o sujeito que trabalha, mesmo sendo considerado livre, tem sua liberdade autolimitada ao vender sua força de trabalho a outrem.

Sobre a terceirização e a decorrente precarização

A sociedade contemporânea, principalmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações no que tange o caminho pelo qual o trabalho percorreu. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2001).

Fruto de pesquisas acadêmicas e de informações sistematizadas por instituições públicas e sindicatos, o binômio terceirização-precarização do trabalho é frequentemente evidenciado. De acordo com o estudo de Druck (2015), em investigações desenvolvidas há mais de duas décadas, sobre a indústria petroquímica, bancários e, mais recentemente, instituições públicas, a exemplo de universidades federais, vemos, repetidamente, que a terceirização tem levado a um alto grau de precarização das condições de trabalho, dos níveis de remuneração, da saúde, dos direitos sociais e trabalhistas e das lutas sindicais.

Como meio de confirmação à ideia anterior, temos também o estudo de Carelli (2013), que traz à tona que as pesquisas empíricas científicas comprovam a extrema precarização do trabalho trazida pela terceirização, bem como as estatísticas de infortúnios no trabalho mostram que os terceirizados sofrem mais acidentes, além de que a vida desses trabalhadores é retirada, em pleno labor, em maior proporção do que os trabalhadores diretamente contratados.

Esse mecanismo de precarização, assim como os outros utilizados no processo que diz respeito à reestruturação produtiva, pode ser identificado como o que Castel (1995) define como uma volta à condição proletária. Ou seja, depois de

ser conquistada pelos trabalhadores a condição operária, no qual o salário deixa de ser uma retribuição pontual de tarefas para passar a significar acesso aos direitos, subvenções extratrabalho e possibilidade de participação ampliada na vida social (consumo, habitação, educação), os trabalhadores retornam ao que é definido como condição proletária, em que o trabalhador está condenado a trabalhar para sobreviver e se auto-reproduzir, nada além.

Martins (2012) demonstrou ainda, através de pesquisas e análises, que a vulnerabilidade existente dentro do trabalho, a qual está sujeita às relações terceirizadas, acabam por gerar tensão e conflito. Essas situações trazem consequências negativas para saúde dos trabalhadores. Ainda que as instituições tenham identificado a existência de tais questões e estejam desenvolvendo propostas para preveni-las, o conflito continua se mostrando recorrente.

Diante de todo esse processo de vulnerabilidade do trabalhador e de sua consequente perda de direitos, vemos a garantia do bem-estar, saúde e segurança dos trabalhadores configurar-se como um desafio para os governos, em virtude de diferentes formas de assédio e discriminação que ocorrem diariamente nos locais de trabalho. Nessas condições, ocorre degradação da saúde do trabalhador e ameaças ao emprego. É válido lembrar que qualquer trabalhador está sujeito a situações vexatórias, violências ou acidentes. Todavia, os terceirizados estão mais expostos a estes problemas, como dito acima, fato que se deve às condições de trabalho as quais estes estão sujeitos.

Metodologia

Para a composição desta pesquisa, foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com trabalhadores terceirizados de uma instituição do setor público, de uma cidade localizada no sul do estado de Minas Gerais⁵. Cada entrevista apresentou duração de cerca de trinta a quarenta minutos e foram feitas no próprio local de trabalho. Inicialmente foram gravadas para que, em um segundo momento, pudessem ser transcritas a fim de uma melhor compreensão e análise dos dados coletados.

⁵ A cidade não é mencionada a fim de que seja mantida a preservação da identidade dos entrevistados.

A escolha da entrevista no formato semiestruturada consiste na busca por proporcionar ao trabalhador uma maior liberdade para se expressar, ao passo que, para que a análise fosse realizada de maneira efetiva, foi tido como interessante que o entrevistado tivesse a oportunidade de demonstrar suas percepções e vivências no universo da terceirização. Por contraposto, uma entrevista fechada, composta por um questionário que seria preenchido de modo superficial, não nos proporcionaria um leque amplo de visões, informações e detalhes, que têm então grande importância na análise. Uma entrevista semiestruturada nos permite, ainda, enxergar, através das falas e contradições presentes, os reflexos causados pela insegurança que atravessa a trajetória profissional de um terceirizado.

Janine Barbot (2015) apresenta uma análise que define o tempo da entrevista como ajustável à disponibilidade do entrevistado, e indica ainda que o pesquisador e o pesquisado compartilham um determinado grau de proximidade. Vale ressaltar, segundo a mesma autora, que no decorrer do processo da entrevista, as melhores questões e reflexões provocadas são sempre as que virão inscrever-se nas entrelinhas daquilo que disse o pesquisado.

As perguntas semiestruturadas apresentadas e discutidas durante a entrevista concentraram-se em pontos tais como: a vida pessoal do trabalhador, o que envolve também escolaridade e vínculos familiares; trajetória profissional percorrida até então; rotina e funções do trabalho atual, o que inclui as percepções e impressões pessoais do trabalho terceirizado e, por fim, a disposição e interesse em percorrer um caminho distinto do atual, seja este no meio educacional ou no âmbito profissional.

Após serem feitas as transcrições dos materiais coletados, foi feita uma classificação das entrevistas por assuntos, que foram posteriormente separados por meio de relatórios. Estes denotavam aspectos que se mostraram repetitivos nas entrevistas, e este aspecto pareceu interessante porque revelava algo palpável que poderia gerar uma análise de modo mais reflexivo possível. Dessa forma, tornaram-se evidentes os pontos que divergiam entre si e se configuraram como contradições comumente presentes na fala dos trabalhadores. Sobretudo, tornou-se possível ainda, a análise dos pontos em comum e que, muitas vezes, acabaram interligando-se diretamente com os reflexos do trabalho terceirizado.

Análise dos dados, discussão e resultados

Das pessoas entrevistadas, que aqui serão mencionadas por nomes fictícios, é importante compartilhar que cinco são do sexo feminino e três do sexo masculino, totalizando um número de oito trabalhadores(as). Dentre as funções: três são faxineiras, duas assistentes (balconistas), um jardineiro e dois vigilantes noturnos. Sobre a escolaridade dos trabalhadores, apenas as duas balconistas têm ensino superior. As faxineiras, o jardineiro e os vigilantes noturnos apresentam ensino médio incompleto.

Em um primeiro momento, é relevante mencionar que, ao analisar as entrevistas e os respectivos relatórios, foi possível perceber as contradições presentes na fala dos trabalhadores. Aspecto que Janine Barbot (2015) havia refletido sobre no estudo citado na parte metodológica. De maneira clara ou ainda, nas entrelinhas, fato é que tal ocorrência concretizou-se como de grande importância frente ao que é possível mencionar nesta seção.

O primeiro relatório a que se tem acesso, como foi dito acima na metodologia, versa sobre a vida pessoal dos terceirizados. De uma maneira geral, foi possível enxergar a existência de uma linha tênue entre a individualidade do sujeito e o que diz respeito ao universo da terceirização. Cerca de 87% dos trabalhadores abordados, apresentam o ensino fundamental ou o médio incompleto e ainda percebem a impossibilidade de voltar a frequentar uma escola ou algum supletivo. Vale mencionar que o baixo grau de escolaridade vem acompanhado da necessidade de trabalhar cedo, ainda que fossem crianças, distantes de se completar a maioridade. No caso das mulheres, existe ainda o fato de muitas das entrevistadas terem engravidado precocemente; fator que fortificou e impulsionou ainda mais o abandono da escola. Diante deste ponto, temos ainda o impasse de conciliar escola e trabalho. A faxineira Carla conta:

Eu estudei até a sétima série, não terminei nem o ensino fundamental e não tive chance de começar o ensino médio... Sabe, foram vários motivos, o emprego [...] a falta de condição [...] Hoje eu tenho 50 anos e eu comecei a trabalhar cedo, comecei com 12 anos em Baependi e aí depois quando mudamos pra Rezende, foi ficando difícil estudar, por causa do horário do trabalho que batia com o horário dos estudos.

Contudo, foi possível notar que a minoria dos terceirizados que apresenta nível superior de escolaridade, enxerga tal forma de trabalho como algo essencialmente passageiro e nunca como uma via de crescimento profissional, assim, a terceirização passa a ser apenas como uma maneira de aprendizado. Ana, uma das duas balconistas, afirma que não quer ficar trabalhando para sempre como terceirizada: “Não, não quero ficar, eu sei que esse é um momento transitório e eu vejo só como isso, um momento”. Maria, por sua vez, que também cursou ensino superior, afirma: “Acho que até conseguir uma coisa melhor vou continuar aqui mesmo”. Vemos dessa forma, o trabalho terceirizado se encaixar como tão somente uma fase breve na trajetória profissional das duas entrevistadas.

Tratando-se ainda, do meio educacional, foi possível notar, que, de modo geral, os trabalhadores têm plena consciência dos reflexos gerados pela falta de um grau de escolaridade completo e das dificuldades e barreiras existentes que circundam suas vidas desde então. Josiane conta sobre a falta que o estudo faz: “Faz muita falta. Eu tenho essa consciência, faz falta demais mesmo”.

A partir da narrativa dos funcionários nota-se a falta de condição financeira, comumente presente, ser configurada como empecilho a uma vida escolar contínua, e se somada à inexistência de incentivo por parte dos pais, concretizam-se ambas como dois fatores relevantes frente à atual condição de terceirizados que os trabalhadores se encontram.

Sobre a trajetória profissional percorrida, tema que foi discutido no segundo relatório, é possível observar um leque amplo de atividades exercidas pelos trabalhadores desde o início de suas carreiras. Isso vai desde trabalhos como babá, pedreiros, costureiras, domésticas até faxineiras, jardineiros e vigilantes noturnos. Esse fato demonstra que os trabalhadores envolvidos na pesquisa sempre se mostraram dispostos a prestar diferentes serviços, diante da necessidade de sobrevivência, à qual estavam sujeitos desde sempre. Os entrevistados revelam que as profissões que vinham ocupando antes da função atual eram exaustivas, árduas, difíceis e, em geral, eles revelam pouca identificação com elas. O jardineiro Eduardo, que apresenta uma trajetória profissional bem diversificada, afirma: “a gente acaba como pau pra toda obra, sabendo fazer de tudo um pouco”.

Dessa maneira pode-se perceber que o caminho percorrido profissionalmente pelos trabalhadores concretizou-se como algo conturbado, inconstante e repleto de incertezas. Todavia, ainda que nem sempre fossem trabalhos terceirizados, configuraram-se como de curta duração com caráter meramente passageiro. Assim, vemos as atividades exercidas caracterizarem-se como cansativas e alvo de baixa remuneração salarial frente à alta carga horária exigida e demandada, o que incluía finais de semana.

Outro aspecto que foi possível extrair das entrevistas, sobretudo no terceiro relatório, que trata sobre as visões que os trabalhadores têm da terceirização, é que as pessoas que estão no meio terceirizado há um período maior de tempo expressam visões distintas da terceirização do que aquelas que estão inseridas há menos tempo. Isso acontece, já que quem dispõe de mais tempo neste universo, está proporcionalmente sujeito a sofrer fortemente os impactos causados por empresas terceirizadas que nem sempre cumprem suas obrigações trabalhistas.

Nesse passo, tem-se o relato do jardineiro, há quatorze anos trabalhando como terceirizado, que evidencia através de sua fala, os reflexos causados por determinada empresa de terceirização, que, ao alegar falência, deixou de pagar aos trabalhadores contratados seus direitos e os levou a recorrer à vara trabalhista com uma ação a fim de que tivessem seus salários e direitos sanados. Eduardo desabafa: “A empresa x não pagou, aí a gente foi em Caxambu, entramos na vara trabalhista e tudo, mas tá rolando até hoje. É como um caso perdido porque a firma fica alegando falência”.

Além da questão da incerteza do trabalho terceirizado pairar sobre a grande maioria dos indivíduos que foram entrevistados, é possível analisar as contradições que existem diante do mesmo. Tal fato decorre, por exemplo, de trabalhadores que não gostavam de suas rotinas anteriores por trabalhar nos finais de semana, e que, agora, apesar de trabalharem somente durante a semana, viam-se diante da necessidade de trabalhar durante os finais de semana também como forma de complementar a renda. Ou seja, ao serem abordados os pontos positivos do atual trabalho terceirizado, o fato de não trabalharem aos sábados e domingos era inicialmente apontado, o que depois, ao decorrer da entrevista, era um ponto que se contradizia. Eduardo fala sobre tal fato:

Antes eu trabalhava sábado, domingo e feriado. E eu ganhava bem a menos, comparando com aqui. O valor do salário tinha muita diferença. Porque aqui eu não trabalho sábado, domingo e feriado [...] tanto é que final de semana, às vezes, eu faço serviço na casa do Juiz também, de jardineiro também, de pintor, de tudo também pra completar o salário, sabe?

Apesar de a maioria dos trabalhadores entrevistados terem assumido uma posição positiva no que tange a questão de gostar do local atual de trabalho, fato que inclui o dia a dia, funções, rotinas e vínculos sociais ali estabelecidos, ficou evidente que é o oposto do que vem acontecendo. Isso decorre de inúmeros fatores, tais como as confraternizações de final de ano, fato ressaltado pelas faxineiras Maria e Josiane, realizadas por determinada instituição que acaba por segregar os grupos de trabalhadores envolvidos. Tal fato leva a sociedade a criar um preconceito injustificável acerca da categoria de terceirizados. A primeira comenta: “Tem uma confraternização que é geral, do fórum todo (...) mas a gente, os terceirizados, a gente sempre faz uma confraternização separada mesmo”.

No quarto relatório, titulado de: “anseios em relação ao futuro”, e tratando-se sobre os aspectos que mostraram contradições acerca de gostar ou não da terceirização, observa-se que todos os entrevistados com escolaridade incompleta mostraram interesse em retornar à escola em busca de algo melhor ou ainda, almejam outras profissões que pudessem, então, propiciar uma qualidade de vida melhor. Amanda confessa: “Eu até queria ter feito alguma faculdade, terminado de estudar, mas na época não tinha condições de pagar e de terminar os estudos”. Josiane se mostra esperançosa: “Ainda penso em estudar viu?! De repente esse ano que vai entrar agora eu não consigo entrar em um supletivo pra concluir os estudos”. Vinicius também compartilha: “É, se eu pudesse fazer uma faculdade seria bom, viu”.

Outro aspecto válido a ser ressaltado, fundamenta-se na trajetória profissional percorrida pelos trabalhadores. A maioria, como dito acima, apresentou uma continuidade na linha de empregos que os remetia a uma exploração de trabalho, muitas vezes despercebida. Essa exploração se refere a trabalhos com cargas horárias altas e abusivas, atividades extremamente cansativas e não condizentes com o salário proposto. Nesse ponto, temos o caso de uma atual faxineira que relata ter passado dez anos cumprindo nove horas diárias em uma fábrica têxtil. De acordo com Carla: “Eu trabalhava de segunda à sexta das 7 horas

da manhã até 17:30 da tarde e 1 hora de almoço e nas sextas-feiras eu saía 16:30, um pouquinho mais cedo... Lá foram ao total 10 anos”.

Torna-se notável, então, que, ainda que não fossem terceirizados sempre, os entrevistados adotam uma posição de aceitação, postura indiferente e tratamento comum frente a tal situação, já que, como sempre estiveram entre trabalhos que apresentam essas condições, acabam por acreditar que estas sejam as aceitáveis e as tidas como corretas pela sociedade como um todo. Maria compara seu trabalho atual com o anterior: “De todos os trabalhos o que eu mais gostei foi daqui... porque lá, como agente de saúde, eu tinha que ir na casa das pessoas e aí eu não gostava muito não”. Eduardo, por sua vez: “(...) o que eu vejo de diferença, é que aqui no fórum onde eu trabalho hoje não tem muita ‘encheção’ de saco”.

Cabe também ressaltar que, apesar de verem o trabalho dentro de certo grau de normalidade, essa concepção de trabalho e esse círculo vicioso criado, foi possível descobrir que os entrevistados sofrem de modo constante pelos anseios causados, decorrentes da insegurança reproduzida pelo trabalho terceirizado. De acordo com o trabalhador Eduardo: “Nesse período eu peguei umas seis ou sete firmas já, entra e sai firma o tempo todo. É o tempo todo trocando. É uma coisa muito instável”. Carla, faxineira da instituição, também desabafa:

Sabe, não é que seja ruim o trabalho e meu dia a dia, o que eu faço, mas é uma coisa muito incerta. Olha eu pago aluguel até hoje, não tenho casa própria e por causa disso tudo não consigo fazer um planejamento a longo prazo, pensar em ter uma casa própria, um carro. Pensar lá na frente.

Além disso, nos primeiros instantes das conversas que foram realizadas, foi possível notar que, de maneira superficial, os funcionários revelavam uma imagem positiva acerca do lugar que estavam trabalhando. Talvez por medo ou receio de que tais dados estivessem sendo coletados com algum interesse por parte da empresa contratante. Fato é que, à proporção que foi estabelecido um maior vínculo entre entrevistado e entrevistador, viu-se que a situação dos terceirizados, na realidade, concretizava-se no oposto da imagem inicial. Este fato pode ser explicado já que, no decorrer das entrevistas, percebe-se o quão desagradável é a ideia de incerteza que aparece somada a essa nova forma de trabalho estudada. A balconista Ana conta: “Você não tem segurança nenhuma, hoje você tem, mas, e amanhã? Amanhã uma crise, e você acaba perdendo o trabalho”.

Por conseguinte, existem aspectos como horários estabelecidos pela firma contratante que nem sempre são corretamente cumpridos. O horário de almoço, de uma hora de duração, mostra-se dependente do rendimento do funcionário, ou seja, muitas vezes, o mesmo é levado a se alimentar com pressa e logo voltar para o trabalho a fim de retomar o cumprimento de suas atividades daquele determinado dia. A faxineira Josiane desabafa: “tenho uma hora de almoço dependendo do horário que eu terminar, né”.

Em meio a isso, é notável ainda que os entrevistados chamem a atenção para o fato de cada setor dentro dessa instituição mostra falhas quanto ao número de funcionários destinados às seções. Os entrevistados observam que o setor da limpeza, por exemplo, conta com menos faxineiras do que esse realmente precisa, devido a condições como o tamanho do local e a quantidade de tarefas diárias a serem realizadas. A trabalhadora Carla explica:

Eram 5 faxineiras, pra poder fazer a limpeza, fazer o café porque aqui são dois andares né? Aí quando eu entrei, eram 4. Duas aqui embaixo, e duas lá em cima. Só que no final do ano passou pra três faxineiras só. E agora hoje no momento, acho que desde... nós estamos em julho, né? Acho que desde de abril, se eu não me engano, a outra funcionária, a terceira, sofreu um [...] machucou o braço né? Então ela tá afastada, por esse motivo e agora que ela vai passar na perícia, porque só agora que tá havendo essa marcação de perícia, tá demorando muito [...] Com isso tudo acontecendo, eu e a outra faxineira, a Josiane nos sentimos prejudicadas porque a empresa não admitiu ninguém pra poder suprir o que ela fazia, por causa dela não ter passado pela perícia ainda [...] na primeira semana foi bem difícil, ficamos um pouco atrapalhadas e foi muito corrido. Foi estranho fazer o serviço com uma pessoa a menos.

Considerações finais

O trabalho visou contribuir para uma melhor compreensão das relações do trabalho terceirizado do setor público. Investigou-se qual a visão que um determinado grupo de trabalhadores e trabalhadoras terceirizados de uma instituição pública, de uma cidade de Minas Gerais, tem acerca desta nova forma de trabalho. Foi possível enxergar ainda neste universo, a teoria marxista, que nos remete à exploração do trabalho e a história da luta de classes, que desde a instituição da propriedade privada, vem sendo considerada como a história da humanidade.

Segundo a metodologia adotada, foi possível ressaltar que a precarização e desvalorização do trabalho como tal, se estrutura tendo como sua base fundamental

o abandono precoce da escola, que decorre muitas vezes da necessidade de trabalhar como único meio de sobrevivência.

Os resultados da pesquisa apontam que todos os terceirizados envolvidos demonstraram direta ou indiretamente, insatisfação com seus trabalhos atuais por conta de uma série de fatores que foram discutidos. Ligado a isso, aparece ainda o interesse em buscar profissões melhores que, por sua vez, possam proporcionar, dentre outras coisas, uma melhor qualidade de vida. Segundo Maria: “até conseguir uma coisa melhor vou continuar aqui”. Carla concorda: “Claro, se aparecer um outro emprego ... que eu possa receber melhor”. Eduardo brinca, dizendo: “Se eu pudesse escolher uma outra profissão, nossa, tem várias. Deixa eu ver, Juiz diretor do fórum (risos)”.

Além disso, viu-se que os pontos discutidos na literatura apresentada no estudo, foram reafirmados no campo da prática, ao passo que fatores como a insegurança, medo, incerteza, entre outros, estiveram presentes no discurso dos trabalhadores com os quais se estabeleceu contato.

Por essa via, estudos como Druck (2015), discutidos na seção teórica dessa pesquisa, podem ser enxergados nas falas dos trabalhadores, uma vez que apontam, no universo da terceirização, a existência de alto grau de precarização das condições de trabalho, dos níveis de remuneração salarial, das condições de saúde e entre outros aspectos.

Por fim, vale ressaltar que, muitas vezes, os trabalhadores terceirizados enxergavam a exploração à qual estavam submetidos como algo intrínseco às relações de trabalho, ao passo que desde o início da trajetória profissional que percorreram até então, as más condições de trabalho estiveram presentes. Góes (2015) cita em seu artigo a ideia do cineasta Alejandro Jodorowsky (1989): “pássaros criados em gaiolas acreditam que voar é uma doença”, metáfora que, reitera perfeitamente a ideia desenvolvida anteriormente.

Referências bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: **SADER**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, R. O. B. de; AMBONI, N. **Teoria Geral da Administração**: das origens às perspectivas contemporâneas. São Paulo. 2007.

ANTUNES, R. "Trabalho e precarização numa ordem neoliberal." GENTILI, P.; FRIGOTO, G. **A Cidadania Negada**. São Paulo: Cortez (2001).

_____. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. In: **Adeus ao Trabalho**. Editora da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000. ALVES, G. Trabalho e subjetividade. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011.

BARBOT, J. Conduzir uma entrevista face a face. In: PAUGAM, Serge. **A Pesquisa Sociológica**. Ed. Vozes, Petrópolis, 2015.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, Rio de Janeiro, 1987.

CARELLI, R. "A terceirização no século XXI." In: **Revista Tribunal Superior do Trabalho**, vol.79, n.4, out/dez 2013.

CASTEL, R. "**Crise do Mundo do Trabalho e Seguridade Social**." São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

DI PIETRO, M. S. Z. "Terceirização." In: **Parcerias na Administração Pública**: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2012, p.215-234.

DRUCK, G. "Terceirização: balanço de uma década." In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2006.

GIOSA, L. "**Ganhos de produtividade com a estratégia de serviços especializados: terceirização x primarização**." 1993. Disponível em: <http://www.terceirizaçãoestrategica.com.br/arquivos/apresentacao_primazia.pdf>.

_____. "Terceirização: Uma Abordagem Estratégica." São Paulo: Pioneira, 1997.

GÓES, J. C. Da expressão ao dever da liberdade de expressão: contribuições a um debate interdito. **Revista Comunicare**, v. 15, n. 1, 1º Semestre de 2015.

MARTINS, A. "Precarização e violência no trabalho: um olhar sobre as relações de trabalho em instituições públicas de saúde do Rio de Janeiro." In: **Fundação Oswaldo Cruz**, 22.ed. Março 2012.

MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In **O Capital**. Editora Civilização Brasileira Vol.2, Rio de Janeiro, 2008.

_____. A produção da mais-valia absoluta. In: **O Capital**. Editora Civilização Brasileira Vol.2, Rio de Janeiro, 2006.

_____. A produção da mais-valia absoluta. In **O Capital**, Ed. Boitempo, São Paulo, 2012.

MCGREW, A. **Prós e Contras da globalização**. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro, 2000.